

A escolha dos métodos contraceptivos entre universitários

Adriana Sperandio Ventura Pereira de Castro
Crystal Faria Valle
Jomara Oliveira Costa

Resumo

Nos tempos mais antigos, quando o homem começa a associar relação sexual com gestação, esse homem começa a ter ideias sobre a contracepção. Desde a Antiguidade já se tinham ideias sobre como se prevenir de uma gravidez. O fisiologista Ludwig Haberlandt, após vários estudos com animais em 1919, tem seu nome associado ao primeiro método de contracepção hormonal, marco para o começo do desenvolvimento dos métodos contraceptivos existentes hoje. Nos anos 60, tem-se então o começo da ingestão da pílula anticoncepcional. Marco também importante para a mulher, pois o método traria, em um primeiro momento, uma liberdade sexual e o controle sobre seu corpo e da reprodução. Além da pílula, a camisinha também foi um instrumento muito eficaz para as relações sexuais, principalmente com a grande epidemia do vírus da AIDS. A camisinha passa então a prevenir gestações e doenças sexualmente transmissíveis. A pílula passa a ser o método mais usado dentre as mulheres, que por muitas vezes deixam de lado até a camisinha (condom), apesar de terem consciência que o uso apenas da pílula restringe os riscos de gravidez, não de contrair doenças sexualmente transmissíveis. Desta forma, o presente estudo se faz relevante por pesquisar os diversos fatores que determinam a escolha de métodos contraceptivos que traz subjacente a discussão em relação às questões de gênero, sexualidade e liberdade, perpassando pelos âmbitos de promoção e prevenção de saúde. Trata-se de uma pesquisa de natureza exploratória/descritiva que teve como objetivo principal compreender e analisar os fatores determinantes na escolha de métodos contraceptivos entre universitários. O estudo teve uma amostragem esperada de 300 universitários, distribuídos de forma igualitária, entre os cursos das áreas de humanas, exatas e biológicas da rede de ensino pública e privada do município de Juiz de Fora. No entanto, a análise dos dados foi com uma amostra de 150 participantes em função do tempo determinado para a análise e construção do relatório de pesquisa. O instrumento utilizado foi o questionário contendo dados sociodemográficos e dados relativos aos aspectos: vida sexual; métodos contraceptivos; problemas de saúde; métodos contraceptivos de emergência e sobre o parceiro/a atual. A coleta de dados foi realizada através da plataforma online *Google Docs*, no intuito de preservar o sigilo, não haver constrangimento nas respostas e não possibilitar identificação dos participantes. A pesquisa foi inscrita na Plataforma Brasil e submetida à aprovação do Comitê de Ética em pesquisa designado pela plataforma recebendo o **CAAE**: 65220417.5.0000.5089. Os participantes da pesquisa confirmaram o TCLE anexado na plataforma online. Espera-se com essa pesquisa ampliar os conhecimentos científicos a respeito dos aspectos que envolvem a escolha dos métodos contraceptivos, contribuindo para uma análise crítica do assunto uma vez que estudos voltados à saúde sexual e reprodutiva são de grande relevância e estão contemplados no Programa de assistência Integral à saúde da Mulher (PAISM/1983). A pesquisa foi analisada quantitativamente com elaboração

de gráficos e tabelas de forma ter um conhecimento mais claro e descritivo do fenômeno pesquisado. Apesar de tratar-se de uma pesquisa aberta a todo público masculino e feminino, ela mostra um retrato do sexo feminino, uma vez que a mesma foi respondida por 78,2% destas. A pesquisa encontra-se ainda em etapas de análise dos resultados mediante o aporte teórico e confronto com outras pesquisas já realizadas.

Palavras Chaves: Universitários. Saúde sexual. Métodos contraceptivos.

**Discussões sobre a redução da maioridade penal:
Contribuições da Psicologia**

Livia Xavier Rodrigues
Ana Elisa de Vilhena Pereira
Dulce Helena Souza Cunha
Eduarda de Paula Martins
Andreia Monteiro Felipe
Ludimila Coimbra Correia
Tainá Pereira Silva

Resumo

Uma das temáticas mais discutidas, atualmente, no campo legislativo, é o projeto de emenda à Constituição (PEC 33/2012) que tem como objetivo reduzir a maioridade penal no Brasil para 16 anos. As opiniões são muito controversas, uma vez que o assunto desperta polêmicas em diversas áreas do conhecimento. Atualmente, a sociedade tem exigido mudanças na legislação penal, devido aos inúmeros atos infracionais praticados por adolescentes. A mídia, por sua vez, vem influenciando muitos telespectadores, fazendo-os acreditar que os adolescentes são instrumentos utilizados por adultos para a prática do crime. A psicologia tem se posicionado de forma contrária a redução da maioridade penal, argumentando que a raiz do problema é social, uma vez que enfrentamos graves desigualdades que contribuem para o aumento dos atos infracionais de adolescentes. Acredita, ainda, que a redução não irá resolver o problema da criminalidade, uma vez que o sistema prisional não permite que a pessoa consiga mudar realmente seus projetos de vida. De acordo com o suporte teórico da psicologia, compreende-se que a adolescência é um período de transição marcado por profundas mudanças físicas, cognitivas e psicossociais. É o período em que se efetiva a maturidade reprodutiva, desenvolve-se a capacidade de pensar abstrata e o raciocínio científico. O pensamento imaturo ainda permanece em alguns comportamentos e a educação do adolescente é focada na preparação para a faculdade. Os principais riscos à saúde nessa fase derivam de questões comportamentais como distúrbios alimentares, abuso de drogas e transgressões (PAPALIA, 2006). O avanço da infração praticada por jovens não é um episódio isolado e nem específico do Brasil. Em inúmeros países do mundo com particularidades na esfera social e econômica, torna-se provável constatar um temor com o envolvimento de jovens comprometidos com infrações. Os motivos são variados tais como: econômicos, culturais, políticas e psicológicos, os quais mostram a frágil condição da infância e juventude na situação mundial (ASSIS; CONSTANTINO, 2005). O Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, Lei 8.069 de 1990) revogou o Código de Menores e é tido por muitos como uma das mais avançadas legislações do mundo na área. Substituiu o princípio da situação irregular pela doutrina da proteção integral, que assegura a todas crianças e adolescentes os direitos fundamentais do ser humano, bem como o exercício pleno da cidadania (BEZERRA, 2006). A discussão sobre a redução da maioridade penal tem trazido muitas polêmicas, tanto no âmbito social, quanto no acadêmico e político. Alguns dos argumentos utilizados a favor da redução são a de que os menores são conscientes dos seus atos e que a lei os protegeria dos seus atos (CUNHA et. al.,

2006). Entretanto, embora o ECA esteja em vigor e descreva a responsabilização do adolescente por meio das medidas acima citadas, existem projetos de emenda constitucional (PEC) com o objetivo de reduzir a maioria penal, de 18 para 16 anos. Dentre elas, a PEC 33/2012, do senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), tem como objetivo responsabilizar penalmente maiores de 16 anos pela prática de crimes considerados graves. O presente trabalho tem como objetivo discutir as contribuições da psicologia para os debates sobre a redução da maioria penal. Para atingir tal objetivo, em um primeiro momento é feito um estudo sobre adolescência e ato infracional. Em seguida, são expostos os fatores relacionados aos atos infracionais. Por fim, são discutidos os argumentos contrários e favoráveis à redução, com ênfase nos apontamentos feitos pelo Conselho Federal de Psicologia.

Palavras-chave: Adolescência. Ato infracional. Maioridade penal. Psicologia.

Arteterapia e a pessoa com deficiência

Mafalda Luzia Coelho Madeira Cruz
Vitória Lodron Carvalho Alcântara
Wanda Maria Ludolf Hansen de Toledo

Resumo

O presente trabalho tem como intuito abordar o tema Arteterapia, essa utilizada como forma de terapia durante os atendimentos do Projeto de Extensão Promovendo Potencialidade e Inclusão, do Curso de Psicologia do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora. O objetivo do trabalho é apresentar qual a concepção de Arteterapia, o processo de desenvolvimento pela Arteterapia, as cores como emoções, os materiais e algumas técnicas e o olhar do terapeuta frente a obra. A finalidade da arteterapia consiste em possibilitar a emergência de uma imagem imaginada transposta em imagem criada, a partir de materiais plásticos, lápis de cor, tintas, folhas, giz de cera, pintura, papel, dobraduras, hidrocor, fantoches, pincéis, argila, entre outros que cedem a sua flexibilidade e maleabilidade a quem os utiliza, para expressar os seus conteúdos que até então eram inconscientes. É importante lembrar que toda a realidade constitui-se de fatos. Assim, um trabalho produzido, um desenho, uma modelagem, por exemplo, são fatos por estarem na realidade, são realidades concretas e materiais. Porém, as ideias neles contidas não são fatos, já que como dissemos acima, quando definimos realidade, os valores estão remetidos as questões de possibilidade, ilusão ou idealizações e não são consideradas como realidade, como constatações empíricas literais. São apenas virtualidades, sonhos, fantasias. Contudo, quando o indivíduo consegue a partir da visualização de suas imagens criadas, agir mentalmente transformando-as em ideias, esta ação mental, ou elaboração mental, torna-se um fato, pois figura como real. Através do uso da arte ou atualização de suas virtualidades, o homem consegue sentir-se “aliviado” de suas atribuições porque confere a estas o sentido, um significado, isto é, uma razão de ser. As cores tem um importante papel nas nossas vidas. Ela está normalmente relacionada com os conteúdos psíquicos, pessoais, culturais, que podem ser lembrados e revividos, quando no caso de um acontecimento reprimido ou simplesmente esquecido, em função de sua manifestação e percepção, favorecendo assim a integração psíquica. Além disso, a utilização da arte como técnica terapêutica visa, exatamente, a motivar, orientar e estruturar o desenvolvimento do pensamento complexo, ou pensamento operatório formal na linguagem piagetiana, como atividade psíquica, capaz de considerar todas as influências recebidas pelo sujeito. Através do uso de técnicas expressivas, o indivíduo se disponibiliza a relacionar as influências externas (a forma criada) com as influências internas (o sujeito criador). A atividade artística promove a imagética e, desta maneira, ativa a energia psíquica, trazendo à tona a emoção que estava escondida na imagem, fruto da atividade ou procedimento cognitivo. A partir do referencial bibliográfico utilizado para a elaboração do trabalho foi possível ver a importância da Arteterapia sendo utilizada como forma de atendimento e até mesmo um entendimento no que se diz respeito à vida dos pacientes, visto que através dos desenhos conseguimos entender a manifestação de um sintoma e conseqüentemente trabalhá-lo.

Palavras-chave: Arteterapia. Obras. Desenvolvimento. Cores. Emoções.

Fatores psicossociais e físicos presentes no pós-tratamento do câncer de mama

Mariana Barbosa Leite Sérgio Ferreira
Fabiane Rossi dos Santos Grincenkov

Resumo

O câncer de mama, é o tipo de câncer mais frequente entre as mulheres, inclusive no panorama mundial, apresentando um prognóstico positivo, se tratado de forma oportuna. Porém, apesar dos avanços terapêuticos relacionados ao câncer de mama, danos físicos e psicossociais ainda são ocasionados através do tratamento. Ademais, diversas pesquisas apontam efeitos a longo prazo das terapêuticas utilizadas para o combate da doença. Dentre os possíveis efeitos tardios, pode-se citar o linfedema, dores mamárias, dores neuropáticas, fadiga, queixas cognitivas, infertilidade, alterações do volume mamário, dentre outros. Assim sendo, o fim do tratamento para o câncer de mama, que na presente pesquisa é compreendido como o término da radioterapia e/ou quimioterapia e intervenção cirúrgica, nem sempre é algo simples de ser vivenciado pelo paciente oncológico. Deste modo, partindo-se do pressuposto de que mesmo após o término do tratamento a mulher ainda lida com diversos fatores que podem ser vivenciados como possíveis estressores, o objetivo da presente pesquisa é compreender as consequências negativas do câncer de mama para a mulher que já se encontra no pós-tratamento da doença. Para atingir o determinado fim, vinte mulheres que já haviam finalizado o tratamento para a referida doença e que tinham até cinco anos de diagnóstico, responderam à seguinte pergunta: “Quais são as consequências negativas do câncer de mama para a sua vida atual?” Tais mulheres estavam realizando consulta de rotina em um hospital oncológico no município de Juiz de Fora e, eram informadas sobre a pesquisa através do Termo de Consentimento Livre Esclarecido, sendo que a pesquisa já havia sido aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Juiz de Fora. Os dados obtidos na entrevista foram analisados conforme a análise de conteúdo temática e frequencial de Bardin e os dados sociodemográficos e clínicos através do programa *Excel 2016*. As participantes tinham a média de idade de 50,6 anos e a maioria (30%) tinha o ensino médio completo. No que se refere aos tratamentos realizados, 85% se submeteram à quimioterapia, 85% à radioterapia, 60% realizaram a cirurgia reparadora (retirada parcial da mama) e 40% a cirurgia radical (retirada de toda a mama). Como resultado, constatou-se que a mulher no pós-tratamento do câncer de mama, ainda vivencia sintomas físicos como dores, dormência, alterações no braço e cansaço; limitações funcionais como afastamento do trabalho e dificuldades para a realização de tarefas domésticas; alteração em suas relações afetivas e, repercussões emocionais advindas da doença e de seus tratamentos. Dentre as consequências mais citadas, cita-se o afastamento do trabalho (35%), a convivência com algum tipo de dor (30%), o cansaço (25%) e a alteração no braço (25%). Diante dos resultados encontrados no estudo, detecta-se a importância de melhor compreender as repercussões do câncer de mama no período do pós-tratamento do câncer de mama, pois, foi constatado que apesar do término no tratamento, ainda existem diversos fatores físicos e psicossociais que geram mudanças significativas

na vida das mulheres que foram acometidas pela doença. Assim sendo, é importante que o psicólogo se atenha para o referido período, que também pode ser caracterizado pela presença de diversos fatores estressores.

Palavras-chave: Pós-tratamento. Câncer de mama. Estressores.

Musicalidade e autismo:
Desenvolvimento da linguagem

Ana Paula Nery Batista Barroso

Resumo

O presente trabalho consiste em uma revisão bibliográfica acerca de algumas teorias sobre as causas do autismo e o desenvolvimento da linguagem e, especificamente dentro da perspectiva desenvolvimentista, abordar o uso da música como recurso terapêutico para promover comunicação não verbal e verbal. Inicialmente o termo autismo foi utilizado por Leo Kanner (1943, apud Lampreia, 2004, p.112) para identificar indivíduos que sofriam de um distúrbio de contato afetivo, eram isentos de linguagem e incapazes de realizar trocas afetivas com os outros desde o início da vida. Kanner já considerava a impossibilidade de um agente etiológico único, e defendia um entrelaçamento entre fatores inatos e ambientais na formação do quadro clínico. O DSM-V de 2013 substituiu o termo transtorno global do desenvolvimento por Transtorno do Espectro Autista (TEA) e o classificou em três categorias, quais sejam, grave, moderado e leve, os diversos tipos de autismo anteriormente existentes. Inúmeros enfoques teóricos tentam explicá-lo. Atualmente, as causas ainda são desconhecidas e os pesquisadores problematizam se o autismo seria um problema afetivo/social, conforme defende a perspectiva desenvolvimentista, na qual Trevarthen (1998) é um dos grandes expoentes; ou um problema cognitivo (Cohen, 2000), no qual o autista não possuiria habilidade de imaginar e compreender o estado mental dos outros, pois o mecanismo cognitivo inato responsável por essa habilidade seria prejudicado; ou resultado de uma variação genética e, portanto, poderia ser herdado; ou decorrente da sensibilidade genética e epigenética (Laznik, 2005). Esta última concepção é capitaneada pela psicanalista francesa Laznik e preconiza que a informação genética pode ou não ser ativada dependendo das circunstâncias ambientais, portanto admite intervenções. A perspectiva desenvolvimentista considera que o transtorno do espectro autista (TEA) é um problema afetivo/social, melhor dizendo, é consequência de alterações no engajamento afetivo e interações mãe-bebê. Um de seus pressupostos é o entendimento de que a comunicação não verbal presente na relação mãe-bebê é precursora da linguagem verbal. Nesta relação diáde, a fala da mãe, o *manhês*, é dirigida ao bebê e os sons produzidos são capazes de modular os estados emocionais do bebê e determinar o modo como irão se engajar na comunicação, visto que possuem padrões de interação desde muito cedo, bem antes de começar a falar. O *manhês* caracteriza-se por ser uma fala melodiosa, ritmada e de frequência mais alta, dirigida à criança. Além disso, é carregada de afeto e assume função relevante quanto ao desenvolvimento da linguagem. Para Malta (2009), a discussão parte da premissa de que embora haja um déficit considerável no engajamento afetivo no autista, a sensibilidade à musicalidade estaria parcialmente preservada, logo a intervenção terapêutica pela via da música encontraria menor resistência e seria capaz de produzir efeitos positivos nos laços sociais. Ainda segundo o citado autor, o uso da música tem como objetivos desenvolver aspectos da comunicação não verbal da criança, tais como sincronia, reciprocidade, expressão corporal, atenção compartilhada, dentre outros. Dentro deste enfoque teórico, conforme

argumenta Malta (2009), o afeto tem papel fundamental no desenvolvimento da comunicação verbal e não verbal do ser humano, de forma que todas as características específicas do autismo como prejuízo na comunicação, alterações no campo das interações sociais e padrão restrito e repetitivo de atividades e interesses seriam decorrentes de alterações no engajamento afetivo. A importância deste estudo é refletir como a música, com suas similitudes de elementos com a fala da mãe, o manhês, e interações humanas, pode ser crucial para o desenvolvimento do engajamento afetivo na relação mãe-bebê e nas outras relações e conseqüentemente aquisição da comunicação não verbal e linguagem. Os resultados deste trabalho teórico apontam que a intervenção terapêutica pela via da musicalidade é eficaz para desenvolver comportamentos inerentes à fase pré-linguística, bem como desenvolver aspectos comunicativos.

Palavras-chave: Autismo. Perspectiva desenvolvimentista. Linguagem. Música.

LAÇO:

A mobilização estudantil na Psicologia em prol de uma transformação social

Marcos Vinicius Lucas da Silva
Lara Brum de Calais

Resumo

Diante do cenário de desigualdade e cerceamento de direitos existente em nosso país, a Liga Acadêmica de Psicologia Social e Comunitária (LAÇO), como projeto de Extensão do CES/JF, nasceu da união de estudantes com um desejo compartilhado de agir politicamente e contribuir assim para a transformação social. Desta forma, a sigla LAÇO representa a criação do afeto e de “laços” que potencializam a resistência mediante as opressões e micro-agressões perpetradas diariamente. Trata-se de um coletivo de estudantes que buscam um saber-fazer na Psicologia de maneira crítica e pautados na responsabilidade social. Embasada pela perspectiva sócio-histórica, a LAÇO visa o comprometimento com a realidade social, compreendendo os aspectos que a constituem e os processos, históricos, culturais e políticos que atravessam esta formação. Neste sentido, a Liga tem como objetivo a troca de saberes e a realização de ações que possibilitem a criação de espaços de produção coletiva que contribuam para emancipação dos sujeitos envolvidos. Para tanto, realiza atividades como oficinas, dinâmicas, ações culturais, artísticas, esportivas, discussões críticas e seminários no intuito de fortalecer a consciência crítica e questionar os processos históricos de opressão, desigualdades e exclusão social. Busca também fortalecer a graduação em Psicologia e principalmente em Psicologia Social e Comunitária, enfatizando o tripé ensino, pesquisa e extensão e contribuindo para uma formação profissional crítica, ética e política frente às diversas problemáticas. A LAÇO busca ainda romper com lógicas assistencialistas e não compactuar com a manutenção de sistemas de privilégios que sustentam hierarquias sociais, bem como um compromisso com as diversidades e pluralidades existentes em nosso país. Desde o seu início, sua formação foi realizada de maneira coletiva, em que todas as decisões pudessem ser tomadas democraticamente, primando sempre o afeto comum entre membros e desejos compartilhados. A partir do início oficial a organização política da LAÇO se deu de acordo com os interesses dos membros. Desta forma, a mesma se organiza em três comissões responsáveis pelo funcionamento geral: Comissão de Gestão, Comissão de Comunicação e a Comissão Científica/Projetos. No intuito de abordar temáticas mais específicas e ao mesmo tempo ampliar temas de discussão e atuação, sem perder a especificidade de cada um, a LAÇO se divide em quatro eixos temáticos: Gênero e Sexualidades; Esporte e Território; Arte e Cultura; Relações raciais e Direitos Humanos, sendo que todos os membros se situam em algum eixo. A mobilização estudantil possibilitou ao longo de pouco mais de um ano, a realização de diversas práticas que buscassem incentivar o pensamento crítico, a conscientização, a transformação e a aproximação com realidades comunitárias. Nossas ações foram iniciadas com o “Trote Social”, que tinha como meta arrecadação de livros e Acolhida dos calouros do curso de Psicologia; posteriormente realizamos o Mural da Visibilidade Trans; e o Túnel Sensorial abordando a temática da luta contra a homofobia; a Ação Literária no bairro Santa Cândida com inauguração da Biblioteca Comunitária que usou os

livros arrecadados no trote; a participação no Seminário de Neuropsicologia: “Qual a relação entre cérebro e ambiente social?”. E recentemente a oficina “Conversando sobre Juventude e Direitos”, promovendo um espaço de discussão entre jovens estudantes de escolas públicas sobre a dimensão de direitos da/para a juventude. Desta forma a LAÇO, prima por um trabalho que tenha como base o mesmo afeto que possibilitou a união dos estudantes, acreditando que é através dos encontros coletivos e afetação mútua, que se torna possível a transformação social. Fomentando também a prática e aprendizado de uma Psicologia crítica, pautada em um compromisso social.

Palavras-chave: Liga. Compromisso. Psicologia. Social. Comunitária. Transformação.

LAÇO:

Conversando sobre juventude e direitos

Paloma de Almeida Albergaria Lanna
Marina Menezes Ferreira

Resumo

O presente trabalho tem por objetivo apresentar uma oficina realizada pela Liga Acadêmica de Psicologia Social e Comunitária (LAÇO), que foi elaborada no intuito de promover um espaço de discussão entre jovens estudantes de escolas públicas sobre a dimensão de direitos da/para a juventude, potencializando a cidadania e consciência crítica. Entendemos juventude como uma categoria socialmente construída, onde, segundo Cassab (2009), o entendimento do que seria esse momento da vida é atravessado por diferentes contextos sociais, econômicos e políticos. Ou seja, essa noção do que é a juventude vem sendo alterada historicamente e é a partir do século XX que a juventude passa a ser vista como um “problema social” e um campo de intervenção das ciências e das políticas públicas. Segundo Tomassi (2014), nesse cenário surge um amplo processo de luta e reivindicação por direitos voltados para a infância e a adolescência (até os 18 anos), partindo da ideia de que estas são fases da vida que devem ser protegidas e amparadas pela sociedade. Em 1990 é aprovado o ECA, simbolizando a luta para se colocar em prática a afirmação de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos. Na década de 90, entidades começaram a discutir sobre o atendimento à faixa da população após os 18 anos e em 2013 é aprovado o Estatuto da Juventude, definindo como jovens as pessoas com idade entre 15 e 29 anos, visando a garantia de seus direitos. Nesse sentido, a oficina, intitulada “Conversando sobre Juventude e Direitos”, foi realizada durante o mês de setembro nas Escolas Estaduais Batista de Oliveira e Coronel Antônio Alves Teixeira, ambas situadas na cidade de Juiz de Fora/MG. A ação foi dividida em três momentos que foram pensados de forma a possibilitar a participação efetiva dos/as estudantes, assim como a problematização de situações cotidianas que envolvem questões de opressão e desigualdade no que se refere a direitos. O primeiro momento foi denominado Jogo dos Representantes, tendo como principal objetivo levar os participantes a refletirem sobre palavras ou situações que os representavam, como por exemplo “ser inteligente” ou “gostar de poesia”. O segundo tratou-se de uma atividade com o coletivo dividido em subgrupos, nos quais os participantes deveriam levantar uma situação de “direito” e uma de “opressão” já vivenciadas por eles/as, podendo representar essas situações da forma como quisessem, por meio de desenhos, poemas, ou até mesmo apresentação teatral. Em momento posterior, estas situações eram apresentadas e discutidas no grupo maior, dando abertura para o terceiro momento, no qual foi realizada uma roda de conversa sobre o Estatuto da Juventude e a dimensão de direitos. Nesta etapa, a partir das falas dos facilitadores da dinâmica sobre direitos e cidadania, os estudantes levantaram diversas situações nas quais eles/as identificavam cenas de desigualdade, preconceito, dificuldades de acesso, entre outras. Como exemplo, na Escola Batista de Oliveira, essas questões giraram em torno da diversidade e, conseqüentemente, do preconceito e intolerância que ocorrem diante das diferentes expressões de identidade. Neste momento final da

oficina, muitos participantes mostraram-se emocionados por compartilharem com as demais situações marcantes em suas vidas, mas que também atravessavam o contexto coletivo. Novamente, questionados sobre o que aquele momento representou para eles, palavras como aprendizado e reflexão surgiram, demonstrando a importância de proporcionar um espaço de compartilhamento, acolhimento e escuta para aqueles jovens, fomentando uma consciência mais crítica em relação àquelas situações pouco discutidas em seus cotidianos, possibilitando o lugar de protagonistas. Nessa lógica, o jovem passa a exercer sua cidadania não somente no sentido de lutar pelos seus direitos, mas também no sentido de responsabilizar-se pelo que acontece em seu entorno, na sociedade.

Palavras-chave: Juventude. Direitos. Cidadania. Psicologia social.

Diagnóstico organizacional de uma microempresa no ramo de móveis para escritório

Juliana Ferreira Barreto Seno

Resumo

O desempenho no trabalho e a eficiência organizacional são preocupações que norteiam as atividades dos psicólogos nas organizações. Nos tempos atuais o papel do setor de Gestão de Pessoas (GP) vem sendo ampliado para atender a estas preocupações. O presente trabalho teve como objetivo a realização de um diagnóstico organizacional, para levantamento de demandas e propostas de trabalho em uma microempresa da cidade de Ubá-MG. A empresa opera no segmento de revenda de móveis para escritório e divisórias de ambiente. Há 21 anos a matriz foi inaugurada, na cidade de Ubá-MG e buscando a ampliação do leque de clientes, abriram há 12 anos a filial que se situa na cidade de em Viçosa-MG. A empresa conta com um quadro de 16 colaboradores em sua totalidade, matriz e filial, sendo 11 na cidade de Ubá e 6 em sua filial em Viçosa. Como amostra, contamos com 11 colaboradores atuantes na matriz, visto que nesta, havia maior necessidade de investigação sobre a dinâmica da empresa. O procedimento foi dividido, em etapas, sendo uma dessas a observação do funcionamento e da dinâmica empresarial que contou com a duração de um período de 7 dias. Após esta observação, foi realizada uma análise temática referente ao conteúdo e após esta análise, foi criado um questionário que buscou abordar os seguintes fatores: estratégia, estrutura, processos, produtos e relações interpessoais a partir das premissas de Ulrich (1997/1998). Diante disto, foram feitos alguns esclarecimentos iniciais aos colaboradores sobre a pesquisa a qual seria feita, e em seguida estes foram estimulados a responder as questões colocadas no questionário o qual abordava temáticas do dia a dia, da dinâmica e do funcionamento empresarial. O questionário teve como foco alguns fatores específicos, os quais seriam: o ambiente de trabalho, as relações presentes, se as ideias e críticas dos colaboradores foram/são levadas em consideração pelos empresários e como se relacionam, se escutam os colaboradores e suas demandas, se são avisados com antecedência sobre alguma mudança na empresa, seja estrutural ou em decisões acerca da forma de trabalhar, como é a relação entre colegas de trabalho dentre outros aspectos. Os resultados indicaram alguns momentos de tensão entre todos os atuantes da loja, notando-se um clima organizacional instável. Questões básicas de estrutura foram questionadas, como condição de um dos banheiros, da falta de um espaço adequado para a feitura das refeições remetendo às necessidades básicas dentro da empresa de acordo com Maslow. Vendedores trouxeram questões relativas à divisão e responsabilidade sobre clientes. Embora a pesquisa ainda seja incipiente, com previsão para conclusão no final de 2017, as conclusões se voltam para levantamento de problemas passíveis de solução dentro da organização. Portanto, após a coleta dos resultados, houve a necessidade de levar uma síntese das questões apontadas pelos colaboradores, aos empresários. Os mesmos se mostraram disponíveis a trabalharem estas questões, propondo metas e métodos que tornem possível a resolução destas, sendo, inclusive, esclarecido o prazo para a execução das soluções cabíveis. Um resultado inusitado foi a relação de confiança

estabelecida com a pesquisadora no único trabalho do gênero realizado na empresa em 21 anos de existência. A intervenção caminha no sentido de se relacionar o que será possível resolver a curto prazo e o que ainda terá que ser projeto futuro.

Palavras-chave: Diagnóstico organizacional. Microempresa. Psicologia. Gestão de pessoas.

O processo de humanização no acolhimento às famílias de pacientes hospitalizados em unidades de tratamento intensivo

Kamilla Marina de Almeida Telles
Júlia Carneiro de Carvalho
Hila Martins Campos Faria

Resumo

De acordo com a Cartilha da Política Nacional de Humanização (2004), um ato de acolhimento bem feito e estruturado é capaz de gerar sentimentos de aproximação, apoio e proteção do acolhido em relação ao ambiente hospitalar e aos profissionais ali presentes. Humanizar o cuidado envolve ações de escuta diferenciada, empatia, abertura para o diálogo, comprometimento e presença, através da valorização dos significados que cada sujeito vai atribuir ao sofrimento e ao adoecer. A partir disso, consideram-se os familiares de pacientes das Unidades de Terapia Intensiva (UTIs) como um importante público a ser pesquisado, uma vez que estão expostos às diversas restrições e desequilíbrios gerados pela internação do familiar neste setor. O objetivo da pesquisa, portanto, consiste em analisar a instituição hospitalar Santa Casa de Misericórdia, localizada na cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais, no que se refere ao acolhimento às famílias dos pacientes hospitalizados em UTIs. Pretende-se, ainda, verificar se os familiares realmente se sentem acolhidos e qual a percepção que estes, bem como os profissionais da saúde, possuem em relação ao significado dos termos “humanização” e “acolhimento”. O público alvo será as famílias de pacientes internados nas UTIs do Hospital Santa Casa de Misericórdia, usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) e de planos de saúde privados, além dos profissionais de saúde atuantes nesse setor. Serão excluídos os familiares menores de 18 anos, uma vez que as circunstâncias de adoecimento e hospitalização, somadas à natureza do tema de pesquisa, implicam em questões éticas e em riscos a serem considerados. Dentre esses fatores, podemos considerar:

(a) crianças e jovens, geralmente, não são capazes de entender o processo no qual são convidados a se envolver; (b) crianças e jovens são, geralmente, relutantes em contradizer um adulto, podendo resultar em respostas que eles acreditem serem condizentes com o que a família e/ou o entrevistador espera que eles digam; (c) crianças e jovens, em sua maioria, são imaturos para lidarem com as emoções que podem ser suscitadas. Ao considerar o caráter qualitativo da pesquisa, utilizamos a entrevista semiestruturada como instrumento para coleta dos dados. Já a interpretação dos dados será realizada por meio da técnica de análise de conteúdo (AC). A pesquisa ainda encontra-se em caráter de andamento não sendo, portanto, possível atribuir-lhe resultados. As entrevistas já foram realizadas, totalizando 20 entrevistas com familiares e 15 entrevistas com profissionais sendo que, no momento, a fase é de elaboração das categorias a serem analisadas. Ao final da execução desse projeto espera-se visualizar a forma como a instituição pesquisada implementa o processo de humanização no acolhimento às famílias de pacientes hospitalizados em Unidades de Terapia Intensiva (UTIs). Espera-se coletar informações que permitam compreender o significado que familiares e profissionais atribuem aos termos “humanização” e “acolhimento”, bem como se os familiares dos pacientes se sentem ou não acolhidos pela equipe profissional do setor. Por fim,

com os resultados coletados e analisados, espera-se construir uma tabela avaliativa que permita, em um estudo futuro, correlacionar as seguintes variáveis: “significado do processo de humanização entre familiares e profissionais” e “a humanização no acolhimento aos familiares de usuários do SUS e da rede privada de saúde”.

Palavras-chave: Humanização. Acolhimento. Familiares. Unidade de Tratamento Intensivo.

O desenvolvimento emocional precoce normal da criança de 0 a 3 anos na teoria de Margaret Mahler em comparação ao que se observa na atualidade

Júlia Carneiro de Carvalho
Kamilla Marina

Resumo

Com sua teoria sobre a sexualidade e o inconsciente, Freud coloca o infantil em um lugar de destaque na teoria psicanalítica. Focada no desenvolvimento do bebê e da criança pequena localizamos a teórica Margaret Mahler. Sua grande contribuição sobre a psicanálise infantil, já nos Estados Unidos, foi sua inovadora técnica de atendimento com criança pequena, que, segundo Geissmann e Geissmann (2005) revolucionou o atendimento psicanalítico clássico. O atendimento do bebê e da criança pequena juntamente com os pais, no mesmo ambiente terapêutico, ampliou a compreensão do desenvolvimento emocional primitivo, bem como possibilitou a Mahler investigar a relação simbiótica dos bebês normais e seus pais, especialmente a mãe, este conceito normal, está relacionado se refere ao que não está na patologia do desenvolvimento. Em sua teoria, o desenvolvimento infantil inicial é dividido em três fases: autística normal, acontecendo do nascimento ao primeiro mês de vida; simbiótica normal, entre o segundo e o quinto mês; separação-indivuação, entre o sexto mês e os três anos de idade. O desenvolvimento em fases faz com que haja uma interdependência entre elas, isto é, a última fase acaba sendo dependente dos acontecimentos das duas iniciais. Além disso, para Mahler o desenvolvimento biológico do homem e o nascimento psicológico do indivíduo não coincidem no tempo. A escolha dessa autora se justifica por motivos relevantes ao meio acadêmico e clínico, uma vez que se apresenta como uma importante teórica no campo da psicanálise com crianças e bebês, sobretudo para as teorias do desenvolvimento e da personalidade. Ela elaborou uma rica teoria sobre as fases iniciais do desenvolvimento emocional precoce, a partir de observações terapêuticas e de uma densa teoria psicanalítica, psiquiátrica e pediátrica disponíveis a ela. Sua formação tríplice lhe permitiu compreender o bebê e a criança pequena indo além das teorias psicanalíticas clássicas. No entanto, sua teoria data de meados do século passado e parece ser necessária uma nova observação do desenvolvimento para tentarmos ratificar as fases propostas pela autora e suas idades ou retificarmos alguns aspectos da teoria que possam estar em defasagem com a realidade atual, ou seja, confirmar se as fases descritas estão de acordo com a idade anteriormente apresentada, ou se houveram mudanças com o passar do tempo. Dessa forma, o objetivo da presente pesquisa é analisar o conceito de normalidade no desenvolvimento emocional precoce proposto por Margareth Mahler, de forma que os aspectos da teoria possam ser ratificados ou retificados de acordo com a atualidade. Como a pesquisa é composta por dois momentos tem-se, portanto, uma metodologia mista. O primeiro momento já foi concluído, baseado no desenvolvimento de um trabalho epistemológico filosófico utilizando os referenciais da epistemologia da psicanálise. Como fonte primária foi analisada a obra **O nascimento psicológico da criança: Simbiose e Indivuação** (1977), traduzida para o português. Porém, estivemos em constante consulta às publicações originais em inglês e alemão a título de confirmação de conceitos e

traduções. O segundo momento, por sua vez, refere-se à elaboração de uma metodologia quantitativa de observação. A partir da teoria sobre o desenvolvimento normal da criança de 0 a 3 anos, um instrumento tipo questionário foi desenvolvido contendo as idades e as características inerentes a cada idade. As observações ainda estão em fase de andamento e estão sendo realizadas no Departamento da Criança e do Adolescente. Os dados coletados serão, posteriormente, analisados através de programas estatísticos a fim de que se possam ratificar ou retificar os aspectos cronológicos da teoria do desenvolvimento emocional precoce em Margaret Mahler, possibilitando que a teoria possa se adequar à realidade atual.

Palavras-chave: Desenvolvimento. Bebê. Margareth Mahler. Normal. Atualidade.

Desenvolvimento de autocontrole como intervenção no tratamento da obesidade

Thais Cristina Pereira Ferraz
Flávia Alvine Carvalho
Sara Maria Coelho Souza
Maria Inez Nascimento
Thais Cristina Martins Valente
Yago Andrade Silva
Felipe Morais Oliveira

177

Resumo

Este trabalho tem por objetivo discutir o desenvolvimento de repertório de autocontrole como intervenção no tratamento da obesidade e sobrepeso. Nesse sentido, a pesquisa apontou para a pertinência da discussão sobre diferença entre comportamentos impulsivos e autocontrolados, uma vez que estes podem refletir uma sensibilidade diferencial à magnitude e ao atraso do reforço. Autocontrole é um termo que pode ser aplicado ao processo de escolha segundo a análise das consequências. Além dos esquemas de reforçamento concorrentes, o processo de escolha pode ser influenciado por contingências que envolvem o atraso na apresentação do reforçador. Comportamentos impulsivos podem ser descritos como uma situação particular de escolha sob controle de uma consequência imediata e de pequena magnitude. O comportamento alimentar, relacionado a transtornos da obesidade e sobrepeso, pode estar sujeito a este processo de escolha. Por outro lado, comportamentos autocontrolados são mantidos por consequências atrasadas e de maior magnitude. Estes, por sua vez, podem descrever comportamentos alimentares saudáveis. O atraso, no contato com consequências benéficas à saúde, relacionadas a orientações alimentares, pode diminuir o controle na escolha por alimentos mais saudáveis. A intervenção comportamental no contexto da obesidade compreende uma série de estratégias de arranjo de contingências para a promoção do autocontrole em situações específicas. Tais estratégias visam favorecer a emissão de comportamentos controladores para efetuar mudanças no comportamento a ser controlado. A redução de comportamentos impulsivos pode ocorrer de três formas: reduzindo o controle pelas consequências de curto prazo, aumentando o controle pelas consequências de longo prazo ou, ainda, a partir da conjugação desses dois processos. O modelo de desenvolvimento de repertório de autocontrole, conforme proposta de Martin e Pear (2009), pode envolver cinco fases:

(a) especificação do problema e estabelecimento de metas; (b) comprometimento com a mudança; (c) coleta de dados e análise funcional; (d) planejamento e execução do plano de tratamento; por fim, (e) prevenção de recaída. Esta pesquisa qualitativa, de natureza descritiva e exploratória, realizou o estudo de obras significativas na literatura sobre intervenções psicoterapêuticas para o tratamento da obesidade: “Pense Magro” de Judith Beck (2008); “Terapia cognitivo- comportamental da obesidade” de Cooper, Fairburn e Hawker (2009); tese de doutorado “Treino de autocontrole como facilitador de comportamentos saudáveis em indivíduos obesos” de Moreira (2015). Os resultados destes estudos, com a adição do levantamento bibliográfico de outros artigos, favoreceram a identificação

dos diversos aspectos relacionados a obesidade nos níveis filogenético, ontogenético individual e ontogenético cultural. Foram abordados elementos biológicos e sociais da obesidade e sobrepeso, incluindo fatores genéticos, elementos relacionados a histórico familiar e relacionamentos significativos ao longo da vida dos indivíduos. Em termos de intervenção psicoterápica, foi possível identificar que os modelos estudados abarcam os procedimentos de desenvolvimento de autocontrole, conforme descrito por Martin e Pear (2009), incluindo a pertinência do delineamento experimental de sujeito único. Foi possível observar que os trabalhos podem ser diferenciados quanto a ênfase na modificação de comportamentos encobertos (sentimentos e pensamentos) e, especialmente, manutenção dos resultados. As obras incluem cuidados relevantes, pertinentes a autocontrole, referentes ao manejo de episódios de compulsão alimentar, bem como apontam para as dificuldades envolvidas para cada fase. A pesquisa proporcionou a descrição sobre a relevância de intervenções baseadas no desenvolvimento de repertório de autocontrole, discussão sobre o comportamento de escolha e a identificação da complexidade dos fatores biopsicossociais que poderiam exercer influência no fenômeno da obesidade e sobrepeso.

Palavras-chave: Obesidade. Autocontrole. Análise do comportamento.

Relevância da relação terapêutica para efetividade do tratamento do Transtorno de Personalidade Borderline

Thais Cristina Pereira Ferraz
Fernando Caldeira Silva
Stéphane Gonçalves Almeida
Victor Dias Barbosa
Rafaela Toni Melo

Resumo

O Transtorno de Personalidade Borderline (TPB) é caracterizado, de acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico dos Transtornos Mentais (DSM V), por: instabilidade nas relações interpessoais, na autoimagem e na afetividade; e, por acentuada impulsividade, que tem se manifestado no começo da idade adulta e está presente em diversos contextos. O TPB pode ser visto como um transtorno grave, sendo que indivíduos com diagnóstico TPB apresentam prejuízo psicossocial, dificuldades na regulação emocional, bem como podem apresentar comportamento suicida ou comportamento de autoagressão não suicida. Os critérios comportamentais para o TPB podem estar relacionados a desregulação emocional ou a dificuldades na modulação de estados emocionais aversivos. Indivíduos com TPB podem apresentar tendência a responder de forma inadequada às experiências privadas, apontando para a ligação entre vulnerabilidade emocional e ambiente invalidante. A psicoterapia individual vem sendo apontada como a base dos tratamentos do TPB. Contudo, a clínica psicoterápica do TPB pode ser considerada de difícil manejo, especialmente pela dificuldade no estabelecimento de prioridades, apresentação elevada de comorbidades, bem como pelos desafios no desenvolvimento da relação terapêutica. A literatura aponta que o índice de desistência é elevado, independente da abordagem terapêutica ou da experiência do terapeuta. Nesse sentido, o presente trabalho procura investigar quais aspectos podem ser considerados essenciais para o tratamento do TPB, segundo a ótica da análise do comportamento. Tal discussão está fundamentada na prática baseada em evidências em psicologia. Esta refere-se a um movimento que tem como um dos objetivos divulgar práticas apoiadas em evidências científicas de forma a oferecer subsídios para atuação de psicólogo, em termos de eficácia e utilidade clínica. A estratégia de investigação está pautada na revisão de literatura, dividida em três fases: caracterização do TPB; evidências da efetividade de intervenções analítico-comportamentais na clínica; fundamentação do manejo clínico do tratamento do TPB. O levantamento bibliográfico sobre provas empíricas da eficácia de psicoterapias comportamentais identificou que a Psicoterapia Comportamental Dialética (DBT), proposto por Linehan (2010), foi reconhecida como a melhor intervenção para o TPB. O protocolo da DBT, conforme descrito na obra Linehan (2010), "Terapia cognitivo-comportamental para transtorno de personalidade borderline", enfatiza os papéis da validação e da empatia, considerando que o desenvolvimento e a manutenção do relacionamento terapêutico como os pilares do processo psicoterápico. Estas considerações abordam que a relação terapêutica pode ser descrita como um instrumento de mudança que pode promover mudanças no repertório do cliente. Alguns aspectos foram identificados na literatura clínica

como significativos no tratamento do TPB: regularidade, consistência e confiabilidade, clareza quanto aos objetivos psicoterápicos, desenvolvimento de relações de apoio, necessidade de um modelo de tratamento estável, assim como ênfase de que a psicoterapia é uma atividade colaborativa. Considerando o impacto da relação terapêutica para a efetividade do tratamento do TPB, está em andamento o levantamento bibliográfico, em especial, sobre os possíveis conflitos vivenciados pelo terapeuta no atendimento ao cliente borderline, bem como o seu papel na relação terapêutica. Destaca-se, portanto, a importância da construção de uma relação terapêutica satisfatória, capaz de facilitar episódios que podem culminar numa relação potencialmente restauradora, promovendo mudanças nas contingências de reforçamento e aprimorando diversos repertórios do cliente diagnosticado com TPB.

Palavras-chave: Borderline. Relação terapêutica. Análise do comportamento.

Brinquedoteca:
Possibilidades do brincar

Júlia Carneiro de Carvalho
Mayra Oliveira da Rocha Badaró
Marcella Santos Mendonça
Natália Magalhães
Rayanne Zimmermann

Resumo

A ideia de brinquedoteca surgiu há pouco mais de 80 anos, na cidade de Los Angeles, e seu início se deu como um serviço de empréstimo de brinquedos, devido à constatação de que as crianças não tinham com o que brincar. Adquirindo mais conhecimento desse espaço lúdico, a brinquedoteca passou a ser utilizado também como recurso clínico, principalmente, para estimulação de crianças com deficiência. A partir disso, os brinquedos que antes eram apenas levados para casa, passaram também a ser utilizados no próprio local, proporcionando a expansão desse espaço. A brinquedoteca atualmente se caracteriza como um ambiente que fornece condições para a brincadeira de forma espontânea, através de estímulos às atividades lúdicas, sendo assim, o brincar livre, portanto proporciona aprendizado, e à manifestação e descobrimento das potencialidades da criança, pois as atividades do cotidiano que são representadas nas brincadeiras contribuem para o processo de identificação, revelando a autenticidade da criança e exteriorizando assim, muitas vezes, sua experiência de construção através das brincadeiras. Porém há também possibilidades de serem feitas brincadeiras conduzidas, com propósitos específicos, como pedagógicos, a fim de que a criança desenvolva determinadas habilidades. Este ambiente poderá atender a demanda de todos os públicos, para os adolescentes, o brincar se diferencia do da criança, e possibilita um momento de expressão, pois nesse momento da vida o indivíduo está passando por transformações, sensações inexplicáveis, e reconstruindo sua identidade, uma vez que os jogos tornam-se mais valiosos do que palavras propriamente ditas, pela facilidade de expressão dos sentimentos, cria-se a possibilidade em um ambiente lúdico para que possam discutir tais temas, fornecendo modos criativos e menos angustiantes de se lidar com esses conflitos. Já para o idoso, a brincadeira trás diversas contribuições para um envelhecimento saudável, no qual individuo poderá prosseguir no processo de desenvolver sua autonomia, suas capacidades emocionais, físicas e cognitivas, além de obter um crescimento pessoal, possibilitando também sua socialização. Independente da idade que estejamos, é através do brincar que os indivíduos podem desenvolver sua criatividade e utilizar sua personalidade integral, descobrindo o seu próprio eu, ou seja, tudo que se relaciona ao brincar das crianças pode sim ser aplicado aos adultos, pois o brincar possibilita um crescimento saudável, independente de onde e como esteja brincando, porque permite o estreitamento de relacionamentos grupais, desenvolvimento pessoal e até mesmo o desfrutar da liberdade de criação. Os estudos sobre as possibilidades do brincar no espaço institucionalizado da brinquedoteca, realizado através de pesquisa bibliográfica em periódicos brasileiros de artigos eletrônicos e livros, revelaram-se de grande importância para a divulgação

das possibilidades do brincar durante todo o desenvolvimento humano. Os espaços do brincar estão sendo cada vez mais escassos, por diversos fatores, entre eles a maior urbanização, a diminuição dos ambientes físicos e a entrada da tecnologia cada vez mais cedo, portanto é desta forma que a brinquedoteca trás a possibilidade deste momento de descontração e aprendizado. Assim, se faz importante à percepção da Psicologia para que a brinquedoteca se dissipe em outros ambientes, principalmente, através de estudos e pesquisas que ressaltem os benefícios do brincar.

Palavras-chave: Brincar. Desenvolvimento humano. Psicologia.

**Prevalência de transtornos mentais em serviços de saúde no Brasil:
Uma revisão da literatura**

Henrique Pinto Gomide
Alice Sampaio Silveira
Luiza Belletato
Natália Magalhães
Rayanne Zimmermann

Resumo

Os serviços de atenção à saúde mental passaram por alterações substanciais nas últimas décadas no Brasil. Para identificar as necessidades da rede de assistência e consequentemente melhorar a oferta no cuidado à saúde da população, é necessário estimar a prevalência dos transtornos mentais nos diferentes contextos - população geral, adolescentes, serviços ambulatoriais de saúde mental. O presente estudo teve por objetivo avaliar a prevalência dos transtornos mentais no Brasil através de uma revisão narrativa da literatura científica. Os transtornos mentais são doenças que se manifestam por rupturas no processo de adaptação expressas primariamente por anormalidades de pensamento, sentimento e comportamento, produzindo sofrimento e prejuízo do funcionamento. Para condução da revisão, consultamos artigos publicados na Biblioteca Virtual em Saúde - BVS. Em uma amostra de população de adultos, no contexto geral brasileiro, em revisão literária de artigos publicados entre 1997 e 2009, verificou-se que o uso de substâncias psicoativas, em ocorrência anual apresentou prevalência de 11,3%, seguido da depressão, que obteve uma prevalência de 8,7% em algum momento da vida da pessoa, e a psicose afetiva e esquizofrenias, encontradas em 1,4% da amostra. Em relação aos transtornos relacionados ao uso de substâncias psicoativas, abuso ou dependência do álcool e 0,5% para o abuso de outras drogas e, neste caso, afetando mais a população masculina. Com base em estudo realizado com adolescentes (N = 734.569), no âmbito escolar foi encontrada uma prevalência de 30% de transtornos mentais, usando o questionário *General Health Questionnaire - GHQ-12*. Já com base em outro estudo realizado numa amostra combinada de usuários de hospitais psiquiátricos, pais de adolescentes e jovens maiores que 14 anos, realizado através de entrevistas diretas, coleta de dados e questionários, verificou que há uma prevalência de 20% de transtornos mentais, dos quais 3% referem-se ao alcoolismo; 14,6 % às neuroses; 0,7% às psicoses; 1,1% à oligofrenia e 0,5% à síndrome orgânica do cérebro. Em um outro estudo populacional realizado no Brasil, foram encontrados índices de prevalência de 4,6% em crianças e 5,8% entre os adolescentes. De acordo com um estudo realizado em seis instituições públicas de serviços a saúde mental (sendo cinco ambulatórios para crianças e um de internação para adultos), por meio da análise de prontuários, no qual a amostra foi composta de 674 crianças de 0 a 12 anos e 3.203 adultos de 13 a 80 anos, foi possível constatar, por meio de análise e utilizando como referencial diagnóstico o CID-10, que no público infantil há a prevalência de outros transtornos (57,9%), seguido de distúrbios de conduta (13,2%), transtornos mistos de conduta e das emoções (9,4%), outros transtornos do encéfalo (7,1%) e reações ao *stress* grave e transtornos de adaptação (4,3%). Já em relação à população adulta houve a

prevalência de outros transtornos (50,7%), subsequente de episódios depressivos (14,2%), esquizofrenia (11,8%), outros transtornos ansiosos (7,1%), reações ao *stress* grave e transtornos de adaptação (6,9%) e transtornos mentais e comportamentais devido ao uso de álcool (4,3%). Com base nos artigos avaliados, podemos concluir que existe uma prevalência diferente dos transtornos mentais para as diferentes populações estudadas - transtornos do uso de substâncias, de humor e da personalidade - e isso nos alerta para medidas que podem ser efetuadas para trabalhar nesse âmbito, uma vez que, esses dados representam uma questão de saúde pública.

Palavras-chave: Prevalência. Transtornos mentais. Saúde Mental. Estudos transversais. Epidemiologia.

A aplicabilidade do desenho em grupo de crianças com vulnerabilidade social

Marcella Santos Mendonça
Suelen Frazão Soares
Cássia Maria Tasca Duarte Sartori

Resumo

O tema deste trabalho foi motivado pelo fato de termos feito um estágio no terceiro período na Fundação Gedae – Grupo Espírita de Assistência aos Enfermos – onde observamos crianças com vulnerabilidade social. Durante as observações propusemos a estas que desenhassem sobre o tema “Quem sou eu” e “Quem sou eu no futuro”, considerando que, durante as supervisões vimos a importância da elaboração dos desenhos-estórias e como estes se destinam a investigação de aspectos da dinâmica da personalidade, especialmente quando esta apresenta comprometimento emocional, podendo ser utilizada para obtenção de informações a respeito de sujeitos normais, neuróticos e psicóticos. Com isso podemos analisar qual projeto de vida elas têm, qual expectativa de realização pessoal e para o futuro. O trabalho tem como intuito historicizar o grafismo infantil das representações simbólicas que a criança manifesta da sua visão do mundo enquanto inserida em um determinado contexto sócio cultural e analisar os desenhos-estórias de cada criança e correlacioná-los com as etapas do desenvolvimento da criança com vulnerabilidade. Tal tema faz-se importante, pois através da análise é possível entender sua percepção de mundo. Este trabalho tem como propósito compreender o significado do grafismo infantil e discutir a importância do psicólogo na análise e interpretação do desenho-estória, aonde a criança faz o desenho, com o qual verbaliza uma estória e, em seguida responde as questões a elas perguntadas sobre o grafismo feito. Esse trabalho baseou-se então no livro Formas de Investigação Clínica em Psicologia do Walter Trinca. O procedimento de desenhos-estórias, apresentado por Trinca, vem sendo objeto de estudo em Psicologia Clínica e em outras áreas. Com este estudo bibliográfico podemos responder as questões levantadas sobre os desenhos feitos por cada criança institucionalizada no Gedae e assim sustentar a hipótese sobre a investigação de cada estágio de desenvolvimento da criança e a sua representação gráfica, pois a análise do desenho das crianças nos permite ter um significado, de acordo com sua história de vida, pois, por meio do desenho a criança cria e recria individualmente formas expressivas, integrando percepção, imaginação, reflexão e sensibilidade, que podem então ser apropriadas pelas leituras simbólicas de outras crianças e adultos. Para tanto, é necessário tornar presente o processo de desenvolvimento de acordo com cada idade dentro da construção do desenho junto ao estágio de desenvolvimento que a criança se encontra de acordo com a teoria de Piaget que aponta que o conhecimento é construído na interação do sujeito com o objeto, isto é, suas representações, e que cada criança passa por quatro períodos dentro deste processo de evolução. Durante a confecção dos desenhos feitos pelas crianças entre 6 a 13 anos, tivemos o resultado que elas possuem precariedade no estágio de desenvolvimento de acordo com a idade e também na desestruturação familiar quanto nos recursos sócios econômicos e culturais de acordo com o que foi desenhado. Apesar de existir a vulnerabilidade social, eles possuem expectativas de

projetos de vida incomum bem idealizado, mas que o grafismo da maioria deles, cerca de 80% (oitenta por cento) se apresentava com expressões a quem da sua idade cronológica, ou seja, a expressões gráficas destas crianças eram precárias. Sendo assim, o grafismo é o meio pelo qual a criança manifesta sua expressão, conforme o nível de desenvolvimento infantil que é variável a cada criança e envolve também o exercício de uma atividade imaginária, que se relaciona a um processo dinâmico, em que a criança procura representar o que conhece e entende. Cabe aos psicólogos recolherem conteúdos que possam ser articulados com a representação gráfica para que ela juntamente com outros parâmetros e técnicas possam evidenciar algo da criança, interpretando assim o seu desenho.

Palavras-chave: Criança. Desenho-estória. Grafismo infantil. Vulnerabilidade social.